

Saúde só é possível com justiça social

Tres decisões da maior importância para a reformulação do sistema de saúde foram tomadas na 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada na semana passada em Brasília: saúde é um direito de todo cidadão e um dever do Estado, devendo, portanto, ser gratuita e igual para todos; o financiamento dos programas de saúde deve-se dar através de um Fundo Único de Saúde, criado a partir das arrecadações do fundo social já existente; e, por fim, a definição de que saúde não é apenas bem-estar físico e mental, mas principalmente bem-estar econômico, político e social.

Ou seja: não há povo sadio num Estado autoritário, num regime capitalista selvagem, numa política econômica concentradora. Qualquer política de saúde morre em países onde os direitos fundamentais do cidadão não estão sendo respeitados. Portanto, o governo deve criar um Sistema Único de Saúde, financiado por um fundo próprio, e deve também levar assistência curativa e pre-

ventiva a todos os cidadãos, onde quer que eles morem. Mas antes de tudo deve solidificar a democracia, garantindo ao povo o direito pleno a educação, a habitação, ao trabalho digno e a uma remuneração decente, a uma alimentação saudável em todas as idades, entre outras garantias sociais.

A reorganização do sistema de saúde passa pela reorganização social do país, eis aí a questão. A nova Constituição deve proceder a esta reorganização social, definindo direitos e garantindo seu atendimento, através de uma política econômica voltada para a promoção do homem. E, por este caminho que os resultados da 8ª Conferência Nacional de Saúde vão passar. Dentro de 60 a 90 dias os anais estarão prontos e serão encaminhados à Comissão Constituinte e aos candidatos à Constituinte.

“Se conseguirmos levar esta discussão aos palanques dos candidatos, aos comícios, estaremos completando a abertura que a 8ª Conferência deu a parti-

cipação popular”, disse Otávio Clementino de Albuquerque, secretário-executivo do evento. Dos 4 mil 676 participantes, apenas 1 mil 300 eram delegados. Os demais eram observadores com direito a voz, e que muito contribuíram para transformar a Conferência num fórum político, e não técnico. Somente a CUT, a Conclat e a Contag estavam representando cerca de 30 milhões de trabalhadores.

A parte técnica das questões de saúde será debatida a partir de agora, em 22 temas específicos, alguns eminentemente científicos, outros mais populares, como a saúde da mulher. Até outubro, os resultados dessas discussões irão definir políticas específicas de saúde para o Sistema Único. E em 1988 haverá a 9ª Conferência Nacional, também aberta ao público. “Na 9ª Conferência estaremos avaliando a aplicação das resoluções assumidas nesta Conferência”, disse Otávio, “e corrigindo rumos que o futuro momento político do país irá determinar”.